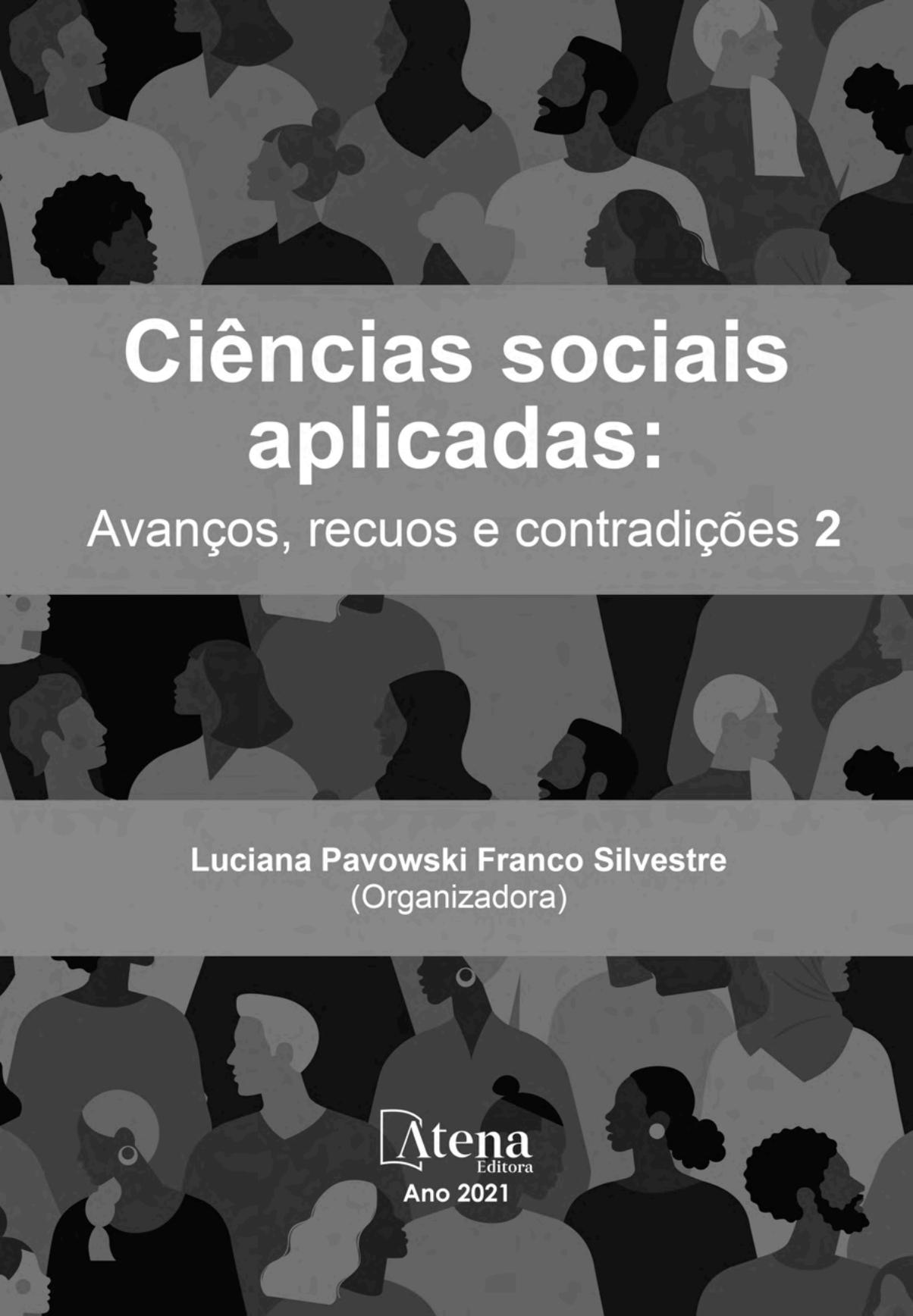


# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021



# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C569 Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-642-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.420211811>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: avanços, recuos e contradições 2”.

São ao todo seis artigos, através dos quais possibilita-se aos leitores e leitoras o acesso a reflexões contemporâneas acerca das relações estabelecidas na vida em sociedade.

As pesquisas realizadas permitem a leitura de análises que pautam as relações de gênero, desastres naturais, impactos da pandemia e relações com as políticas públicas e garantia de direitos em uma perspectiva de cidadania.

As temáticas eleitas ao debate ao apontar avanços e recuos, permitem a identificação das contradições presentes, registrando-se os desafios ainda existentes e a relação destes com a formação social, em uma perspectiva histórica, portanto de processo e em constante alteração.

O que nos possibilita também considerar as possibilidades e necessidades de mantermos os movimentos e atitudes investigativas que façam leituras e registros dos momentos vivenciados, bem como possam contribuir para novos arranjos, diante do que a contradição mostra-se como um elemento central.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

IMAGENS E IMAGINÁRIOS DO CAMPO JURÍDICO NA WEB EM PERÍODO DE PANDEMIA

Alexsandrina Ramos de Carvalho Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118111>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS À DESASTRES NATURAIS

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Marcelo Mariano da Rocha

Margarete Araújo Teles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118112>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

APROXIMAÇÃO A ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA MULHER NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ARGENTINA E NO PARAGUAI A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

María Victoria Cano Colazo

Carmen Estela Colazo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118113>

### **CAPÍTULO 4..... 42**

INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PÓS OCUPAÇÃO DO MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIÊNCIA EM CAMPINAS

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Laura Machado de Mello Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118114>

### **CAPÍTULO 5..... 61**

PRINCIPIO GENERAL DE RESERVA LEGAL Y LIMITACIONES A LOS DERECHOS FUNDAMENTALES APLICADOS A LA PRUEBA NO REGLADA EN EL PROCESO PENAL

Fernando Martín Bertone

Pedro Eugenio Despouy Santoro

María Florencia Gabrielli

Maximiliano Cornejo

Macarena Piermattei

Jessica Jorgelina Guzmán

Juan Manuel Federico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118115>

### **CAPÍTULO 6..... 73**

EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER: PERCURSOS DA ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Antonio Cleonaldo Bento da Silva

Maria Irinilda da Silva Bezerra

Giane Lucélia Grotti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118116>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 86**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 87**

# CAPÍTULO 4

## INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PÓS OCUPAÇÃO DO MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIÊNCIA EM CAMPINAS

*Data de aceite: 01/11/2021*

### **Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic**

Doutoranda em Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Posurb

### **Laura Machado de Mello Bueno**

Doutora em Arquitetura e Urbanista; Professora e Coordenadora da Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Posurb

Trabalho apresentado no V ENANPAR – Salvador, em 2018, no eixo temático: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, OCUPAÇÃO, GESTÃO E CIDADANIA. O artigo é resultado da pesquisa de doutorado de autoria de Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic defendida em 2020, que obteve apoio com bolsa da CAPES.

**RESUMO:** Desde 2011 foram entregues 8 empreendimentos financiados pelo Minha Casa Minha Vida em Campinas nos quais três desses são os que receberam maior número de famílias e conseqüentemente são os que apresentam problemas de dimensões mais complexas. O primeiro a ser entregue foi o Jardim Bassoli (2011 a 2013), em seguida o Residencial Sirius (2012 a 2014) e o mais recente, a Vila Abaeté (2014 a 2015). Os três residenciais estão sendo beneficiados por um programa criado pelo fundo sócio-ambiental da Caixa Econômica Federal, DIST - Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios, que tem por finalidade desenvolvimento em quatro eixos estratégicos: Governança Territorial, Dinamização Econômica,

Produção Sociocultural e Gestão Ambiental. O programa DIST, que já está em sua segunda versão, contempla empreendimentos que apresentam problemas devido a uma série de questões que não foram levadas em consideração como a inserção urbana, integração do território, falta de acesso à cidade, falta de rendimentos, entre outros. Aprovado em 2016 através de edital de seleção do DIST II, o Instituto Elos, em parceria com a empresa Demacamp, propuseram o "DIST Campinas - Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras". Em junho de 2016 essa parceria começou a desenvolver trabalhos nos residenciais, sendo que o primeiro semestre consistiu na elaboração de um diagnóstico urbanístico das comunidades na escala do bairro, analisando a inserção urbana, atendimento de serviços e equipamentos públicos, escolas, creches, sistema de transporte, entre outros. Em janeiro do ano de 2017, foram validadas junto aos moradores de cada condomínio, as informações coletadas através de fontes secundárias. Em um terceiro momento foram realizadas vivências em cada residencial com o objetivo de incentivar a comunidade a se unir e realizar atividades coletivamente. E serão as experiências de intervenções nos espaços públicos que serão enfatizadas nesse artigo: como atuar de forma participativa e colaborativa de modo que a comunidade se sinta parte do processo, apesar do ambiente neoliberal contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-ocupação do Minha Casa Minha Vida; intervenções em espaços públicos; DIST; integração no território.

## INTERVENTIONS IN PUBLIC SPACES POST OCCUPATION OF MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIENCE IN CAMPINAS

**ABSTRACT:** Since 2011, 8 projects financed by Minha Casa Minha Vida in Campinas have been delivered, three of which have received the largest number of families and, consequently, are the ones with more complex problems. The first to be delivered was Jardim Bassoli (2011 to 2013), then Residencial Sirius (2012 to 2014) and the most recent, Vila Abaeté (2014 to 2015). The three residences are benefiting from a program created by Caixa Econômica Federal's socio-environmental fund, DIST – Sustainable Integrated Development of Territories, which aims to develop in four strategic axes: Territorial Governance, Economic Dynamization, Sociocultural Production and Environmental Management. The DIST program, which is now in its second version, includes projects that present problems due to a series of issues that were not taken into account, such as urban insertion, integration of the territory, lack of access to the city, lack of income, among others. Approved in 2016 through a selection notice for DIST II, Instituto Elos, in partnership with the company Demacamp, proposed the “DIST Campinas - A School of Transformation for Entrepreneurial Communities”. In June 2016, this partnership began to develop work in the residential units, and the first semester consisted of the elaboration of an urban diagnosis of the communities on a neighborhood scale, analyzing the urban insertion, service of public services and equipment, schools, day care centers, system of transportation, among others. In January 2017, the information collected through secondary sources was validated with the residents of each condominium. In a third moment, experiences were held in each residential with the aim of encouraging the community to unite and carry out activities collectively. And it will be the experiences of interventions in public spaces that will be emphasized in this article: how to act in a participatory and collaborative way so that the community feels part of the process, despite the contemporary neoliberal environment.

**KEYWORDS:** “Minha Casa Minha Vida” Program post-occupation, public spaces interventions, DIST, territorial integration.

### INTRODUÇÃO

A urbanização do Brasil é um fenômeno recente se comparado ao que ocorreu em países europeus e asiáticos. Apresentou intenso processo, especialmente na segunda metade do século XX. A população urbana brasileira se distribui em três grandes contingentes semelhantes, na forma de metrópoles, cidades grandes e médias.

No Brasil, não se pode dizer que não há planejamento urbano nas cidades. Muito pelo contrário, temos leis e planos em abundância, mas como aponta Ferreira, é fácil constatar que o planejamento foi feito privilegiando alguns grupos sociais (FERREIRA, 2011). Os planos diretores<sup>1</sup> por sua vez, não orientam os investimentos públicos e privados para o bem estar social. A terra urbana é definida quase que exclusivamente como uma mercadoria e muito excepcionalmente é abordada segundo sua função social. Mesmo

---

<sup>1</sup> Toda cidade brasileira com mais de 20 mil habitantes tem a obrigatoriedade de Plano Diretor, revisado no mínimo, decenalmente.

com a aprovação do Estatuto da Cidade<sup>2</sup>, em 2001, que pode ser considerado um grande avanço, ainda temos um longo caminho a percorrer. Como aponta Ribeiro:

Esse importante instrumento de regulação da vida urbana carece de regulamentação, apesar de prever medidas interessantes como os estudos de impacto de vizinhança e a participação popular na gestão da cidade, ainda não ganhou capilaridade na sociedade brasileira. (RIBEIRO, 2008, p. 300).

Esse processo advém de uma urbanização pautada por interesses privados em detrimento das necessidades de muitos, que acabam por ficar excluídos dos benefícios da "cidade formal". Tornam-se reféns de uma vida que busca a sobrevivência individual sem a oportunidade de desenvolver outras capacidades pessoais, quando se trata de alternativas para população de baixa ou sem renda. Criar possibilidades para que todos tenham a capacidade de atingir ao seu máximo potencial humano integra-se ao conceito de uma urbanização saudável, capaz de criar essa atmosfera, supridas as necessidades básicas, como alimento, vestuário, centros de educação e saúde de qualidade, acessibilidade, meios de transporte adequados e trabalho, para uma vida digna.

É evidente que há necessidade de se buscar novas soluções para o processo de desenvolvimento urbano, que leve em consideração os aspectos humanos e ambientais. Vivemos em um mundo onde os grandes centros urbanos são super povoados e globalmente interligados, com problemas ambientais, sociais, culturais e econômicos que não podem ser interpretados isoladamente. Nosso modo de vida deve ser repensado em relação ao impacto que causa no meio ambiente e na sociedade como um todo. Em meio a todos os desafios impostos pelo modelo que estamos reproduzindo como urbano podemos encontrar algumas oportunidades para realizar significativas mudanças. Estas, mais do que alternativas, mostram-se cada vez mais necessárias. Iniciativas alternativas ao sistema necessariamente devem ter a participação popular para que sejam de fato transformadoras.

### **O direito à cidade no Brasil: política habitacional recente**

A Constituição de 1988 define o regime político democrático representativo e participativo, bem como a subordinação do direito da propriedade a sua função social. O Estatuto das Cidades - Lei 10.257/2001, ao regulamentar esses preceitos, já havia estipulado, entre suas diretrizes gerais, a necessidade de garantir o "direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para às presentes e as futuras gerações" (Artigo 2, Lei 10.257/2001).

Harvey (1980) aponta que a valorização exacerbada da propriedade imobiliária tem subtraído o direito à cidade e empurrado as pessoas de classe mais baixa para a periferia. Como resultado desse processo, aqueles que trabalham em áreas centrais, ou com mais infraestrutura, não têm condições de viver nessas áreas. O elevado valor da terra incide

---

2 Lei que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade.

sobre o custo final da moradia, tornando-a ainda mais inacessível a essas famílias, as quais acabam encontrando uma solução para seu problema habitacional no mercado informal.

Poderíamos dizer então, que, uma cidade mais sustentável, é uma cidade onde a população participa, decide e planeja sua cidade junto com as autoridades locais, tendo em conta suas capacidades e recursos; que possui um administrador público competente e responsável que garante uma urbanização sustentável com a participação de todos os grupos populares; onde sua população vive em residências adequadas e bairros providos de infraestrutura adequada (abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade, drenagem e ruas/estradas em boas condições e serviços de transporte público adequado) e serviços básicos, além de acesso à cidade legal sem grandes dificuldades. O que presenciamos atualmente é uma reprodução de um modelo de construção de moradia social totalmente anti-democrático que segrega e exclui a classe mais popular da sociedade.

Para influir nestas políticas, a gestão democrática da cidade deveria prever e estimular a participação de atores sociais nas decisões relativas à gestão e ao planejamento da cidade - tais como nos planos diretores de desenvolvimento urbano, em conselhos, em reuniões de Orçamento Participativo, etc. Porém o que ocorre é uma participação "pró-forma" de pessoas que não participam de fato nas decisões, apenas estão passivas ao processo já decidido que é imposto pelas autoridades locais.

Particularmente o financiamento público das políticas de infraestrutura e de habitação tem forte dependência de recursos federais no Brasil. Assim, vem sendo implementados leis federais e planos nacionais - Saneamento (2007), Resíduos Sólidos (2010), Habitação Social (2005 e 2009). As leis e planos nacionais procuram promover uma cultura de planejamento na ação pública, preconizando a exigência de planos locais - estaduais e municipais para aprovação de recursos financeiros de âmbito federal.

André Singer (2012) denomina a política deste período "reformismo fraco", no qual poucos grandes investimentos públicos aquecem o capital industrial e o comércio, e poucos embates são travados com o capital financeiro. A política de governo por coalizão com diversos partidos políticos, torna desnecessária a mobilização social para aprovação no Congresso Nacional da pauta de interesse governamental. Os movimentos populares e sindicais desmobilizam-se e a despolitização popular no contexto ideológico neoliberal viceja. A ampliação do mercado de trabalho e do acesso ao subsídio e ao crédito educativo são interpretados pela população como conquistas pessoais decorrentes do esforço individual, familiar ou apoio da comunidade.

David Harvey ressalta que a identidade, a cidadania e os ideais de pertencimento urbano são cada vez mais difíceis de sustentar, devido ao ataque constante fundamentado nos ideais neoliberais. (HARVEY, 2011). Por outro lado, a estrutura federativa do país, consagrada também na Constituição, reconhece o município como ente federativo autônomo com atribuição na política de desenvolvimento urbano, expansão urbana, propriedade ociosa, (através do Plano Diretor) e assuntos de interesse local, o que embasa

a necessidade de processos participativos mais próximos aos locais de moradia e vida cotidiana dos cidadãos e atores sociais.

A questão habitacional no Brasil hoje enfrenta desafios maiores e de diferentes naturezas do que há alguns anos atrás. A partir da criação do Ministério das Cidades, em 2003, foram estruturadas políticas e programas voltados para a moradia, como o Programa de Aceleração do Crescimento - obras sociais (PAC-obras sociais) voltado para obras de saneamento e de urbanização de favelas, bem como construção de unidades para remover famílias com moradia precárias ou em locais com risco de enchente ou deslizamento. Com o surgimento do PMCMV o PAC foi extinto, deixando a cargo dos municípios e iniciativa privada a construção de novas moradias e não mais investindo em intervenções em assentamentos precários a fim de melhorar o existente.

A fragilidade administrativa e operacional de muitas prefeituras e as exigências técnicas, administrativas e financeiras para aprovação dos contratos e pagamentos criaram gargalos nos órgãos federais, em especial, na Caixa Econômica Federal que, com o fim do Banco Nacional e Habitação em 1986, passou a ser o agente financeiro dos grandes programas de habitação e saneamento do país.

A partir de 2008, o mundo entra num contexto de grave crise econômica internacional desencadeada pela crise dos títulos podres do sistema bancário de diversos países. A crise financeira mundial proporcionou uma conjuntura interna de maior proatividade entre o setor empresarial e o governo federal. Assim, setores do empresariado da Construção Civil apresentaram uma proposta de novo Programa, "Minha Casa Minha Vida" ao governo federal, como uma estratégia de reduzir ou atrasar o impacto social e econômico de uma possível recessão mundial. O Programa foi aprovado na Lei federal nº 11.977/09. A proposta elaborada pelas grandes empreiteiras tinha como objetivo macroeconômico manter a economia aquecida. Além disso, tinha grande apelo social devido ao crônico problema habitacional brasileiro. Conforme as faixas de renda foram definidos subsídios que beneficiavam diretamente o beneficiado, descontando-se do preço da unidade. Apresentou grande número de obras, sendo um dos programas mais populares do governo federal.

<b>Faixas de renda do Programa</b>	<b>Unidades contratadas (fase 2)</b>	<b>Unidades concluídas (fases 1 e 2)</b>
faixa 1 até 1600 reais	532948	601900
faixa 2 1600 a 3275	669811	465949
faixa 3 3275 a 5000reais	142363	45945
TOTAL	1345120	1113794

Figura 1: Número de unidades produzidas no Programa MCMV - Brasil

Fonte: DIAS e CASTELO (2013)

É digno de nota que, apesar da crise mundial, no Brasil temos um quadro crescente de criação de empregos naquele período. A construção civil foi responsável por 1,58 milhões de empregos durante 2007 e por 2,69 milhões em 2011. (GONÇALVES e CASTELO, 2013)

O Programa Minha Casa Minha Vida, apresenta características operacionais bem diferentes dos programas anteriores. Nele, a empresa construtora é a principal agente de operacionalização da produção habitacional: ela é responsável pela entrega do produto pronto, que é adquirido pela Caixa Econômica Federal, que recebe as prestações dos compradores. Assim, a empresa define a localização e aquisição do terreno, o tipo de empreendimento (loteamento ou condomínio), o projeto urbano e habitacional. À Prefeitura Municipal cabe aprovar o empreendimento, conforme legislação própria e, após as obras, dar o habite-se.

A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que buscou diminuir o déficit habitacional, permitiu a muitas pessoas, que antes moravam em assentamentos precários ou de aluguel e não tinham perspectivas de compra ou financiamento de casa própria, ter uma moradia. Se por um lado esse programa ofereceu oportunidades para muitas famílias de um habitar, por outro lado esse novo modelo de reprodução habitacional pecou em aspectos fundamentais quando deixa de levar em consideração aspectos básicos, como por exemplo, a não atenção a inserção urbana dessas habitações, a existência de equipamentos básicos, serviços, a relação entre o tamanho da unidade e a família. Estudos recentes abordam os problemas relacionados à localização dos empreendimentos, ao modelo urbanístico e arquitetônico e à de falta de identidade dos moradores com o lugar, um verdadeiro retrocesso no que tange à inovação na inserção da classe trabalhadora nos centros urbanos.

## **Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios - DIST**

Em busca de conferir sustentabilidade aos empreendimentos produzidos pelo programa e tendo como oportunidade a existência de recursos do Fundo Socio Ambiental para o financiamento destas ações, a CAIXA Econômica Federal, através do fundo-sócio ambiental, lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios (DIST), para realizar ações que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades nos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida.

O programa DIST busca integrar, levar políticas públicas e promover o desenvolvimento da comunidade para alcançar sua independência, apoiando medidas para educação, geração de renda e gestão ambiental.

O DIST funciona por meio de parcerias firmadas pela CAIXA com entidades públicas e privadas - uma ONG, empresa ou mesmo a prefeitura - que estejam envolvidas com as comunidades atendidas. Primeiramente, a CAIXA seleciona uma empresa ou organização envolvida com a comunidade e convida para fazer o trabalho de atuar junto àqueles moradores. (trecho retirado do site da caixa<sup>3</sup>)

---

<sup>3</sup> [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) . acesso em 2018.

Os projetos têm 24 meses, prevendo treinamentos de pessoas da comunidade para exercerem a função de liderança, esclarecimentos aos moradores sobre, por exemplo, como viver em um condomínio, noções de gestão ambiental, como a separação do lixo e utilização racional da água. Esses trabalhos são complementados com programas de qualificação profissional.

### O PMCMV e o DIST em Campinas

Entre 2011 e 2015 foram entregues três grandes empreendimentos do MCMV destinados a população de baixa ou sem renda em Campinas. O Jardim Bassoli, com 2380 unidades habitacionais, o Residencial Sirius, com 2620, e o Residencial Vila Abaeté, com 1888.

Reforçando a já histórica segregação socioespacial, dois desses conjuntos estão localizados na região sudoeste, conhecida com região do Campo Grande, onde já há a maior concentração de população de baixa renda e carência de diversos serviços públicos<sup>4</sup>. O Abaeté localiza-se próximo ao aeroporto Viracopos, no sul da cidade e faz divisa com a área rural do município.

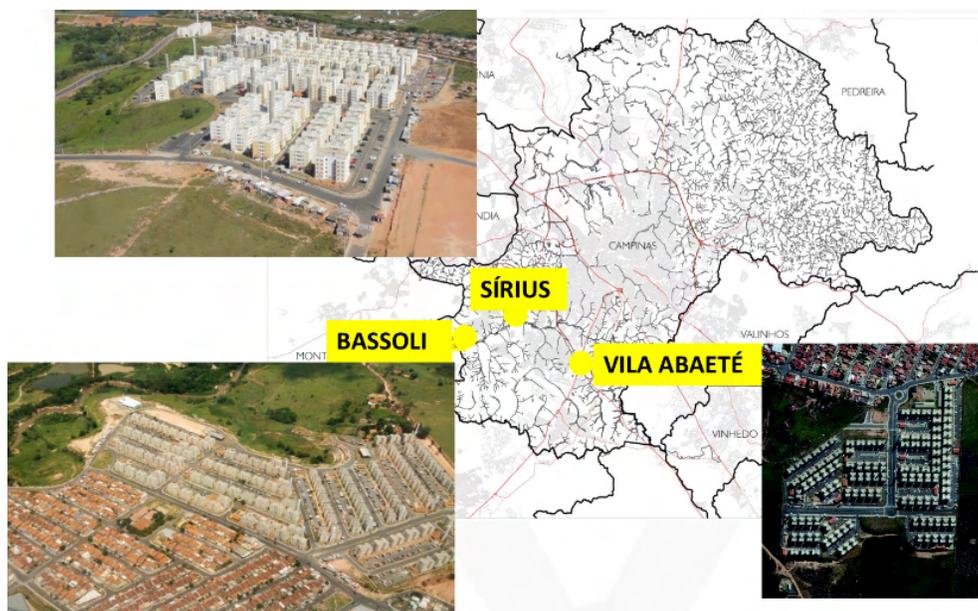


Figura 2: mapa com a localização dos empreendimentos

Fonte: Base da Prefeitura Municipal de Campinas elaborado pela Demacamp. 2017

Devido aos desafios supracitados, como falta de preparação das mudanças, a

<sup>4</sup> Segundo dados do Plano Municipal de Campinas, elaborado em 2011, a Macrozona 05, onde está inserida a Região do Campo Grande possui 78 assentamentos precários, incluindo favelas, ocupações e loteamentos irregulares o que corresponde a 33,3% do total dos assentamentos precários na cidade.

dificuldade de senso de pertencimento dos moradores em relação ao entorno, a falta de equipamentos e serviços entre outros problemas, os três conjuntos foram selecionados para receberem o DIST em seus territórios. A primeira edição do programa, o DIST I, foi realizada a partir de 2014 pelo consórcio DEMACAMP<sup>5</sup>- Instituto Pólis<sup>6</sup> no Jardim Bassoli (primeiro empreendimento entregue e habitado na cidade). O DIST II está sendo realizado nos três residenciais, pelo consórcio DEMACAMP- Instituto Elos<sup>7</sup>. O presente artigo traz a experiência da vivência Oásis como metodologia para intervenções nos territórios em uma primeira etapa do DIST II nos Residenciais Sirius, Vila Abaeté e Jardim Bassoli.

Reconhece-se como fatores comuns a todos os condomínios uma considerável heterogeneidade entre os moradores, tanto em termos de renda, escolaridade e inserção no mundo do trabalho, e a baixa organização em associações e movimentos sociais, bem como a falta de experiência neste tipo de moradia (vertical e sob administração coletiva, condominial).

### **DIST II - "Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras": parceria Elos- Demacamp**

Em 2016 foi aberta nova seleção pública, sendo aprovado o segundo projeto o "DIST II Campinas - Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras", proposto pelo Instituto Elos em parceria com a Demacamp, com o objetivo de atuar nos outros dois grandes empreendimentos do MCMV: Residencial Sirius e Vila Abaeté.

A estratégia implementada propôs inovar a ação junto às comunidades partindo da articulação entre duas grandes vertentes de ação: a realização de uma leitura técnica do território e sua conexão com a cidade, através da análise rigorosa e detalhada de aspectos urbanísticos, econômicos, ambientais e sociais, associada a um trabalho de mobilização social que tem como estratégia para unir pessoas o reconhecimento e valorização dos talentos e sonhos das comunidades.

A Demacamp realizou o diagnóstico urbanístico, como parte inicial do programa. Feito o diagnóstico, foi realizada a mobilização social junto à comunidade, sob a responsabilidade do Instituto Elos. A grande inovação trazida por essa nova parceria foi a atuação nesses bairros utilizando a Filosofia Elos<sup>8</sup> como "espinha dorsal" do projeto.

### **Filosofia Elos para Transformação**

A "Escola de Transformação para comunidades empreendedoras" foi desenhada dentro da "Filosofia Elos", que busca criar um cenário de abundância, reconhecer os talentos e recursos disponíveis locais para transformar sonhos coletivos em realidade.

---

5 A Demacamp é uma empresa de Campinas que desenvolve projetos na área de Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo desde 1999.

6 "O Instituto Pólis é uma ONG (Organização Não Governamental) de atuação nacional e internacional. Fundado em 1987, o Pólis atua na construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas, por meio de pesquisas, assessoria e formação que resultem em mais políticas públicas e no avanço do desenvolvimento local." (<http://polis.org.br/>)

7 O Instituto Elos é organização de Santos com 16 anos de experiência em formação e mobilização comunitária. (<http://institutoelos.org>) acesso em 2017.

8 Criada pelo Instituto Elos.

"A semente da transformação brota nas relações e no compartilhamento de sonhos, que fluem por meio do reconhecimento da abundância e da valorização do poder de cada um aqui e agora, e se manifestam em ações conjuntas que nutrem de beleza, alegria e prazer a realização do melhor mundo para todos." (trecho retirado do manual do participante - Instituto Elos)

Tirando o foco das carências do bairro, e buscando um olhar apreciativo, a Filosofia Elos carrega em sua essência a busca do aprimoramento pessoal para realização de sonhos coletivos por meio do entusiasmo, movimento, diversidade, interconexão, abundância e materialização: entendendo que todo ser humano tem em si a predisposição para o bem, e que a atitude de oferecer o seu melhor e colocar-se em movimento, pode propagar e desencadear uma força capaz de transformar o mundo. Outra crença da filosofia é a de que na diversidade encontramos sonhos comuns e decidimos agir juntos, em comunhão, tendo a capacidade de realizar o que aparenta ser impossível, entendendo que fazemos parte de um mesmo universo e estamos todos conectados, o que muito se aproxima da teoria de Capra (1996), que compartilha em seu livro "A teia da vida". Sobre os recursos, são abundantes e estão disponíveis em toda parte, entendendo recursos para além dos materiais, sobretudo os talentos das pessoas.

Na Filosofia Elos transformar o espaço externo, inspira e alimenta a transformação do interno: a materialização estimula e relembra que podemos realizar nossos sonhos.

Além das crenças, a Filosofia Elos constrói um caminho para realização do sonho de um grupo de pessoas, orientada em sete disciplinas: o olhar, o afeto, o sonho, o cuidado, o milagre, a celebração e a re-evolução, que serão explicados melhor ao longo do texto.

### **Os Residenciais: Jardim Bassoli, Sirius, e Vila Abaeté**

O Residencial Jardim Bassoli, mais antigo e mais distante do centro urbano, foi entregue entre 2011 e 2013, possui 2.380 unidades habitacionais, em 119 apartamentos distribuídos em 19 condomínios com prédios de quatro andares (mais o térreo). Estima-se que cerca de 8.500 pessoas vivem no Jardim Bassoli. Todas as famílias que se mudaram para esse empreendimento são provenientes de assentamentos precários em áreas de risco. Apesar de ter sido inaugurada uma nave-mãe (equipamento com creche e escola de infantil integrados de Campinas) depois da vinda dos moradores do Bassoli, em termos de equipamentos públicos, o bairro é bastante deficitário.

O Residencial Sirius, entregue entre 2012 e 2014, tem o maior número de famílias, possui 2.620 unidades habitacionais em 131 edifícios de térreo mais quatro pavimentos, distribuídos em 15 condomínios. Segundo relatório da Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB Campinas, a população do conjunto soma aproximadamente 10.500 pessoas. Em relação aos serviços públicos para a população não foi construído nenhum equipamento público para o atendimento específico da demanda do conjunto, sendo que a única área institucional do conjunto continua sem utilização. Portanto, os equipamentos de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura utilizados pelos moradores

localizam-se em outros bairros mais distantes.

O Residencial Vila Abaeté, o mais recente dos três, foi entregue entre 2014 e 2015, é composto por 1888 moradias distribuídas em 12 condomínios, possui uma população estimada de 7552 habitantes. É também o que possui menos famílias advindas de remoção - apenas 6 - em comparação com os outros empreendimentos. O perfil dos moradores é diferenciado, é um bairro que, ainda que afastado, é mais conectado com o centro, com transporte frequente que leva direto ao centro da cidade. Uma característica marcante é a quantidade de hortas implantadas pelos próprios moradores e o cuidado com as áreas condominiais, com jardins e parquinhos infantis. O empreendimento situa-se contíguo à mais importante região de produção agrícola da cidade, denominada Pedra Branca que produz frutas para exportação.

As áreas públicas de ambos os loteamentos ainda estão parcialmente sem equipamentos implantados, tanto as do sistema de lazer quanto as institucionais. Os moradores dos residenciais tem dificuldade no acesso a creches e equipamentos de saúde, educação, esporte e lazer.

A falta de serviços e equipamentos públicos aliada à baixa qualidade projetual e construtiva dos empreendimentos e a sua inserção na malha urbana, fazem com que a população tenha ainda mais dificuldade de se adaptar à nova moradia. Toda mudança gera um impacto, e no caso da mudança de moradia, o impacto é bastante significativo na vida dos envolvidos, uma vez que estão em locais diferentes e sem vínculo, nem com o espaço e muito menos com a vizinhança. Isso faz com que não haja um senso de comunidade e identidade das pessoas com o lugar. Essa não identidade, muitas vezes acarreta em não cuidado com os espaços coletivos, que já são deficientes, e isso acaba por ocasionar em um problema social maior.

Faltam áreas destinadas para o comércio nesses residenciais, o que incita a proliferação de estabelecimentos informais no entorno dos bairros, como vemos na figura a seguir do Residencial Sirius.



Figura 3: Foto do Residencial Sirius. Aparecimento de comércio informal em forma de barracos.

Fonte: Jonathas Magalhães, 2013.

## METODOLOGIA

Esse artigo baseia-se na metodologia da observação participante, na qual houve uma participação ativa no processo junto à "Equipe da Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras" com uma colaboração nas atividades e, ao mesmo tempo a observação colaborativa e crítica de toda a dinâmica do processo: fazendo com que houvesse um protagonismo para além da simples observação, partindo de um pressuposto de que ao participar de uma realidade o pesquisador torna-se também participante.

A metodologia adotada para as intervenções nas comunidades pela ETCE nas vivências foi o jogo Oásis<sup>9</sup>. Desenvolvido pelo Instituto Elos, é um jogo que envolve e convida os participantes a conhecerem as belezas e talentos através de um olhar apreciativo e assim, junto à comunidade, realizar ações concretas para o bairro, de forma participativa, divertida e, de preferência, sem ou de custo baixo. No caso desse projeto, havia um pequeno recurso destinado às vivências, para compra de material básico e suporte. A vivência é baseada em sete disciplinas e ao longo dela os participantes vivenciam todas

<sup>9</sup> O Jogo Oasis é uma ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos. Composto por jogadores e comunidade, o jogo considera uma definição ampla de comunidade que envolve diversos atores, como moradores, ONGs, governo local, lideranças e empresas. Concebido para ser de uso livre e praticado de forma totalmente cooperativa, para que todos, juntos, realizem algo em comum, o Oasis propõe regras que permitem a vitória de todos, sem exceção. (<http://institutoelos.org/jogo-oasis/>) acesso em 2017.

elas. São elas: o olhar, o afeto, o sonho, o cuidado, o milagre, a celebração e a re-evolução.

A partir do diagnóstico urbanístico elaborado pela DEMACAMP e as visitas de campo, foi possível fazer a análise urbanística dos empreendimentos, percebendo a relação de algumas questões de falta e efetividade das políticas públicas que estão diretamente ligadas a problemas sociais, como, por exemplo, a falta de equipamentos públicos e áreas de lazer. Entendemos que os problemas causados nas comunidades como violência e a presença de tráfico de drogas no local, esteja diretamente ligada a essas carências supracitadas.

A estratégia de ação foi feita em forma de cursos da Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras no âmbito do DIST II - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território, nos três empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campinas.

O processo de mobilização foi feito com base na Vivência Oásis: cada vivência acontece em um processo de oito dias em um bairro, em atividades que acontecem em sua maioria no período integral, intercalando exercícios práticos, vivências, teorias, rodadas reflexivas, com momentos de interação direta com a comunidade e "mão na massa".

### **A vivência Oásis como metodologia de mobilização**

A Vivência Oásis, é aberta a todos aqueles que querem participar e se engajar para auxiliar no processo de transformação da comunidade, morador da comunidade ou não. A ideia é que os participantes experimentem uma maneira dinâmica e viva de engajar comunidades na implementação de soluções colaborativas, de modo que possam aplicar novas práticas em seu trabalho e vida pessoal. Outro objetivo é o de introduzir aos participantes a "Filosofia Elos" e o "Jogo Oásis", como oportunidade de cultivar comunidades e impulsionar processos de desenvolvimento local.

Nas formações são utilizadas uma série de ferramentas didáticas próprias ou apropriadas - de uso livre, que são as chamadas de tecnologias sociais ou sementes. Algumas delas são os jogos cooperativos, *open space*, *world café*, mutirão, danças circulares e rede distribuidora.

Importante estratégia da ETCE é o engajamento e

"a mobilização de pessoas de uma rede de influência da comunidade para qual será oferecida a participação nas principais atividades formativas e eventos como forma engajar parceiros, que devido as experiências e histórias compartilhadas com os moradores, constroem vínculos afetivos e assumem para si a causa de transformação dessas comunidades". (INSTITUTO ELOS e DEMACAMP, 2017)

## **RESULTADOS**

Foram realizadas duas vivências Oásis em cada residencial, sendo que a segunda

foi parcialmente realizada<sup>10</sup> e, de acordo com as possibilidades de cada local, foram decididos juntos com os moradores o que seria feito em cada residencial.

No Residencial Sirius e na Vila Abaeté, as vivências aconteceram no mesmo final de semana, a primeira em fevereiro de 2017, e a segunda em janeiro de 2018. Nesse segunda edição da vivência, as intervenções ocorreram simultaneamente nas três comunidades. Foram realizados alguns encontros periódicos para organização e mobilização das pessoas e dos materiais, e em duas semanas os moradores junto com outros participantes buscaram materiais e recursos para realizar, em um final de semana o mutirão.

A primeira intervenção em ambas as comunidades foi realizada de forma mais "tímida" em locais públicos porém ações de caráter não permanente, pelo Projeto não ter tido apoio formal da Prefeitura municipal. Já no ano de 2018, depois de muito custo, muito trabalho e muitas negociações, foi possível realizar ações mais ousadas e que promoveram mudanças mais efetivas nos territórios.

No Jardim Bassoli foram feitas intervenções em tres áreas - sistemas de lazer. Em duas dessas áreas já havia quadra poliesportiva. A terceira estava completamente abandonada com muito lixo, entulho e braquiária.

Na primeira vivência na Vila Abaeté foram idealizados diversos "sonhos", dos quais alguns foram possíveis de realizar nas vivências. Nem todos os sonhos puderam ser contemplados, porém foram encaminhados para que no futuro possam tornar-se realidade. Na primeira vivência foi realizado um grande plantio de árvores, nos canteiros centrais, além de mobiliário de madeira. No Residencial Sirius, foi melhorado um espaço comunitário, através de pintura no local, colocação de sombrite, construção de brinquedos para as crianças, plantio de algumas árvores e mobiliário de madeira. No Jardim Bassoli, foram melhorados alguns brinquedos do parquinho das crianças, colocados alguns equipamentos de academia para jovens, instaladas de mesas de jogo de dama com bancos de concreto, pintura da quadra, plantio de árvores, entre outras atividades.

Algo interessante que foi observado foi que, durante as atividades internas de jogos etc, a participação dos moradores era bem menor do que as atividades externas de mutirões, onde as pessoas colocavam efetivamente a "mão-na-massa". Nas atividades externas, quando as pessoas viam as outras trabalhando (muitas delas das janelas de seus apartamentos, ou mesmo quando de passagem), se juntavam para ajudar a "pegar no pesado" e fazer acontecer o "sonho", mesmo que não tenham tido participado de todo o processo.

No contexto da Escola de Transformação foram convidados moradores de todos os condomínios de todos os empreendimentos, além de outras pessoas de Campinas para construir e estruturar relações afetivas através do olhar apreciativo e exaltação dos talentos, belezas e recursos já presentes e essenciais na materialização de sonhos coletivos.

---

<sup>10</sup> Foram realizadas até o momento apenas algumas etapas do processo, pelo projeto estar em andamento. Em algumas atividades a vivência teve que ser adaptada.

Entre eles, colaboradores de instituições públicas e organizações sociais, moradores dos residenciais, profissionais interessados em conhecer a metodologia e estudantes de arquitetura. Nos encontros abertos, houve participação de, em média 200 pessoas em cada residencial.

Nos primeiros mutirões, no Residencial Sírius, houve criação de um espaço comunitário para os moradores, construção de mobiliário de madeira móvel, biblioteca, brinquedoteca, pintura, construção de brinquedos e jogos além do paisagismo e plantio de mudas de arbustos e ervas aromáticas. Na Vila Abaeté foi realizado o paisagismo do bairro com corte de grama, limpeza dos canteiros, plantio de mudas arbustivas e palmeiras e construção de bancos de madeira para a futura praça da entrada do bairro.



Figura 4: fotos das intervenções realizadas nos residenciais

Fonte: arquivo ELOS – DEMACAMP. 2017

Nas vivências realizadas em janeiro de 2018, como já mencionado, os resultados foram muito mais significativos em termos de intervenções no bairro e na vida dos moradores. Depois de longas negociações e o auxílio de uma intervenção do Ministério Público, foi possível ter o recebimento das três praças - uma em cada bairro - pelo Departamento de Parques e Jardins, responsável pela manutenção das mesmas após a realização. A Prefeitura fez a limpeza de dois bairros, Jardim Bassoli e Vila Abaeté, não fez no Sírius por não considerar prioridade.

Depois de todas as articulações, o que na metodologia é chamado de "milagre", foram dois dias intensos de trabalho nas comunidades, e durante a semana que antecedeu os mutirões também. Nas fotos a seguir podemos ver alguns dos resultados antes, durante e pós mutirão.



Figura 5: foto da área de lazer no Jardim Bassoli antes da intervenção.

Fonte: acervo ELOS-DEMACAMP, 2018.





Figuras 6 e 7: fotos da praça do Residencial Sírius antes da intervenção e durante o mutirão.

Fonte: arquivo ELOS-DEMACAMP, 2018.





Figuras 8 e 9: fotos da praça da Vila Abaeté durante o mutirão.

Fonte: arquivo ELOS-DEMACAMP, 2018.

Como um direito, todos devem ter acesso a moradia digna, entendendo que "moradia é uma mercadoria especial [...] ela demanda terra urbanizada" (MARICATO, 2011: p.119). Segundo Maricato, terra urbana é aquela:

[...] servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, etc). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua (MARICATO, 2011: p.119).

Equipar a terra com serviços e um sistema viário integrado é fundamental, além do melhoramento das moradias existentes, com investimentos públicos. Promover a habitação é também promover a urbanização, transformando núcleos habitacionais integrados à malha urbana, dotados de saneamento e infraestrutura básica, com a melhoria do padrão das moradias.

## CONCLUSÕES

Enquanto o Poder Público se omite em promover políticas públicas que para o atendimento de uma moradia de fato digna a essa população, o tempo passa e a vida não espera. Trabalhos com esse caráter deveriam ser realizados pelo Poder Público como uma ação continuada, e até mesmo tornar-se uma política pública, sendo esta uma realidade de vida de milhões de brasileiros nesses territórios. Olhando para a essência do DIST,

percebemos que esta é mais uma estratégia do modelo neoliberal em que vivemos: a privatização das políticas públicas. Isso significa que a ineficiência do Poder Público em realizar de forma adequada o seu trabalho técnico social faz com que os recursos tenham que ser transferidos para ONGs e entidades privadas. A falta de abrangência e qualidade do Serviço Social faz com que a assistência social seja direcionada para essas populações, em espaços residuais projetados para contê-las.

Esse trabalho, ainda que se mostre como um benefício para essa população, pois traz uma nova perspectiva de auto conhecimento e auto estima, é passivo de muitas críticas: estar "enquadrado" em um programa de iniciativa da Caixa Econômica Federal, onde agentes externos atuam nos territórios, é a primeira delas. Atividades para desenvolvimento de auto-estima, conscientização dos direitos sociais, confundem-se com o "empreendedorismo", levando a mensagem subliminar que a responsabilidade pelos problemas dessas populações é delas mesmas, e não social. No caso estudado, o fato da CEF financiar esse projeto, apesar da permanência da negação por parte da Prefeitura, de implantar os equipamentos de educação e saúde prometidos desde 2012, demonstra que há uma mensagem subjacente de tirar qualquer esperança de que o Estado trate com prioridade do bem estar social para atender a essa população. Cabe aos próprios moradores "se virar".

Empiricamente percebemos que quando se dá apoio às pessoas e elas se sentem parte do processo, abre-se uma possibilidade de criação de identidade, de reconhecimento e capacidade de transformação. A Agenda DIST busca incentivar e apoiar mudanças, propõe auxiliar a participação e engajamento dos moradores para conseguirem reivindicar os seus direitos enquanto cidadãos. No que tange ao engajamento político, percebemos uma lacuna no processo de conectar os moradores com movimentos populares ativos na cidade.

Ainda assim, mesmo que breve - dois anos de atuação no território - e em fase de finalização, podemos perceber a diferença nos bairros em que a Escola de Transformação atuou. Algumas outras iniciativas foram realizadas durante esse processo, porém o que foi enfatizado nesse artigo foram as intervenções nos territórios.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa não seria possível sem o fundamental apoio da DEMACAMP e do Instituto Elos, além do apoio da CAPES: PROSUP.

## **REFERÊNCIAS**

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: Editora Cultrix, São Paulo. 1996,

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, **Diagnóstico Urbanístico dos Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida**. Campinas. 2016/7.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, **GUIA DE REFERÊNCIA: Implementação de Projetos DIST**, 2016

DIAS. E. C. E CASTELO A. M. '**O Minha Casa Minha Vida quatro anos depois**', *Conjuntura da Construção* SindusCon-SP e Fundação Getúlio Vargas- FGV. março 2013.

ESTATUTO DA CIDADE, **Artigo 2**, Lei 10.257/2001.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo: FUPAM, 2012.

GONÇALVES. R. e .CASTELO. A. M. '**A dinâmica setorial no período 2007-2011**', *Conjuntura da Construção*. SindusCon-SP e Fundação Getúlio Vargas- FGV, Setembro 2013.

MARICATO, E. (2011) O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC. 1980.

\_\_\_\_\_. **Le Capitalisme contre le droit à la ville: Néolibéralisme, urbanisation, résistances**. Éditions Amsterdam, Paris. 2011.

OKRETIC, Gabrielle Astier de Villatte Wheatley. **Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar com o protagonismo dos moradores**. Tese – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, n.27. 2008.

SINGER. A. **Os sentidos do lulismo: Reforma Gradual, Pacto Conservador**. Companhia das Letras, São Paulo. 2012.

SPECK. B. W. CERVI. E.U. **Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012** Dados vol.59 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2016 (disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201671>)

INSTITUTO ELOS, **Manual do Participante**: Vivência Oásis. S/ data.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Assistência social 50, 59, 77, 85, 86

### C

Campo jurídico 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Ciência 30

Cruzeiro do Sul 73, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 84

### D

Derechos fundamentales 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72

Desastres naturais 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Descripción 61

### E

Educandário 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

### G

Gênero 30

Gestão de riscos 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 27

### I

Imagens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12

Imaginários 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10

Integração 24, 25, 42

Intervenções em espaços públicos 42

### L

Litoral do Paraná 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

### M

Minha Casa Minha Vida 42, 43, 46, 47, 53, 60

### N

Nulidad 61, 70, 71

### P

Pandemia 1, 2, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 35

Perspectiva feminista 30

Políticas públicas 14, 15, 16, 22, 23, 25, 26, 27, 47, 49, 53, 58, 59, 86

Pós-ocupação 42

Proceso penal 61, 64, 65, 66, 69, 72

Prueba no reglada 61, 66

## **T**

Tecnologia 30

Território 16, 17, 26, 42, 49, 53, 59, 76, 80

Turismo 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

## **V**

Valoración 61, 62



# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

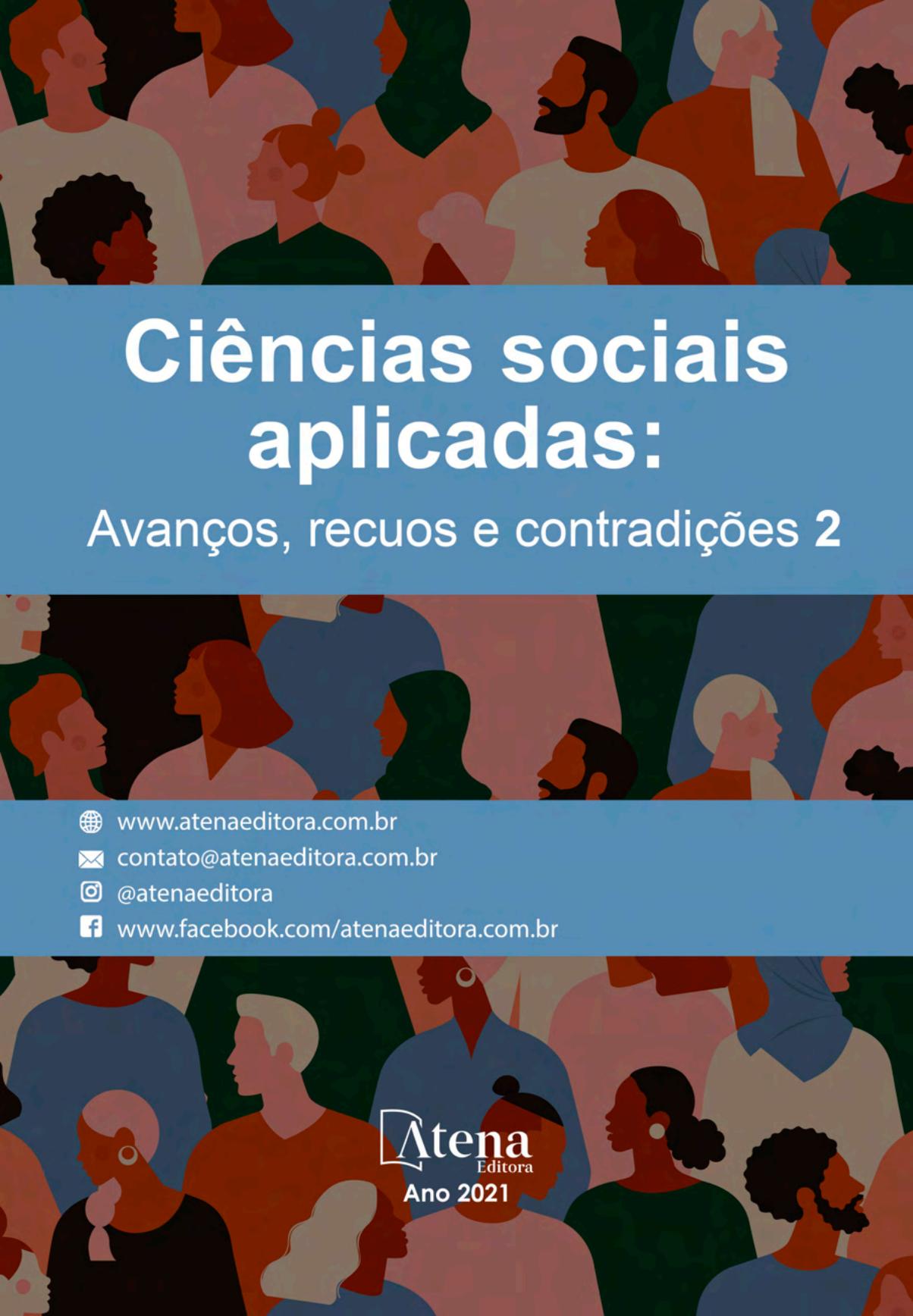
 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021



# Ciências sociais aplicadas:

## Avanços, recuos e contradições 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021